

INDÚSTRIA,
O CORAÇÃO DE SANTA CATARINA.



**CARTA DA
INDÚSTRIA**
SANTA CATARINA

AOS CANDIDATOS
DAS ELEIÇÕES
2022

FIESC

PELO FUTURO DA INDÚSTRIA



CARTA DA INDÚSTRIA

SANTA CATARINA

AOS CANDIDATOS
DAS ELEIÇÕES
2022



FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DIRETORIAS E CONSELHOS GESTÃO FIESC 2021 A 2024

FIESC

PRESIDENTE: MARIO CEZAR DE AGUIAR
1º VICE-PRESIDENTE: GILBERTO SELEME
DIRETOR 1º SECRETÁRIO: EDVALDO ÂNGELO
DIRETOR 2º SECRETÁRIO: RONALDO BAUMGARTEN JUNIOR
DIRETOR 1º TESOUREIRO: ALEXANDRE D'ÁVILA DA CUNHA
DIRETORA 2º TESOUREIRA: RITA CASSIA CONTI

VICE-PRESIDENTES PARA ASSUNTOS REGIONAIS

ALTO URUGUAI CATARINENSE: ÁLVARO LUIS DE MENDONÇA
ALTO VALE DO ITAJAÍ: ANDRÉ ARMIN ODEBRECHT
CENTRO-NORTE: LEONIR ANTÔNIO TESSER
CENTRO-OESTE: MÁRCIO LUÍS DALLA LANA
EXTREMO OESTE: ASTOR KIST
FOZ DO RIO ITAJAÍ: MAURÍCIO CESAR PEREIRA
LITORAL SUL: ALEXSANDRO DA CRUZ BARBOSA
NORTE-NORDESTE: EVAIR OENNING
OESTE: WALDEMAR ANTONIO SCHMITZ
PLANALTO NORTE: ARNALDO HUEBL
SERRA CATARINENSE: ISRAEL JOSÉ MARCON
SUDESTE: JOSÉ FERNANDO DA SILVA ROCHA
SUL: JOSÉ CARLOS SPRÍCIGO
VALE DO ITAJAÍ: ULRICH KUHN
VALE DO ITAPOCU: CÉLIO BAYER
VALE DO ITAJAÍ MIRIM: EDMAR FISCHER

VICE-PRESIDENTES PARA ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

LINO ROHDEN
NEIVOR CANTON
NEY OSVALDO SILVA FILHO
RUI ALTENBURG

DIRETORES EXECUTIVOS DA FIESC E SUAS ENTIDADES

DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO
CORPORATIVO & NEGÓCIOS: ALFREDO PIOTROVSKI
DIRETOR INSTITUCIONAL & JURÍDICO: CARLOS JOSÉ KURTZ
DIRETOR REGIONAL DO SENAI E
DIRETOR DE EDUCAÇÃO & TECNOLOGIA: FABRIZIO MACHADO PEREIRA
SUPERINTENDENTE DO IEL/SC E
DIRETOR DE INOVAÇÃO & COMPETITIVIDADE: JOSÉ EDUARDO AZEVEDO FIATES

F293c

Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina.

Carta da indústria Santa Catarina : aos candidatos das eleições 2022 / Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. Florianópolis : FIESC, 2022.

52 p. il.

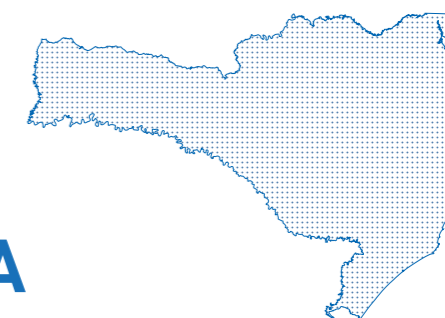
ISBN

1. Santa Catarina. 2. Economia. 3. Indústrias – Santa Catarina. 4. Indústrias – Santa Catarina – Cartas. 5. Eleições. I. Título.

CDU: 338.45(816.4)

Catálogo na fonte CRB 14/937 – Luciana Eftting Takiuchi

Acesse: fiesc.com.br/carta



CARTA DA INDÚSTRIA SANTA CATARINA

AOS CANDIDATOS DAS ELEIÇÕES 2022

Apresentação

A CARTA DA INDÚSTRIA aos candidatos às eleições de 2022 apresenta o conjunto de ações discutidas e priorizadas pelo setor industrial por meio de suas diversas instâncias, canais e sistema de governança. Naturalmente, este documento é um instrumento de comunicação vivo e em permanente aperfeiçoamento, à medida que avance a discussão com a sociedade e com os próprios candidatos.

Ao longo do documento, uma série de QR Codes leva o leitor da Carta da Indústria para ambientes digitais com informações complementares.

As propostas estão fundamentadas no conjunto de características e indicadores da indústria catarinense, bem como na experiência de atendimento e prestação de serviços por parte da FIESC às empresas do setor. Estão estruturadas de modo a buscar o equilíbrio entre o estímulo à atividade econômica e a sustentabilidade de uma forma inovadora e partem do entendimento de que o crescimento de Santa Catarina exige a reinvenção da economia, com a indústria no centro da estratégia.

PALAVRA DO PRESIDENTE

Mario Cezar de Aguiar



Mais do que nunca, o momento atual é de oportunidades e desafios. As mudanças climáticas, as transformações tecnológicas e a nova geopolítica são exemplos de uma nova e complexa realidade, que exige grandes esforços de adaptação, mas abre imensas oportunidades em áreas como energias renováveis, transformação digital e reposicionamento nas cadeias de fornecimento globais.

Santa Catarina está preparada para enfrentar as transformações, se reinventar e tirar proveito delas?

O objetivo desta **Carta da Indústria**, dirigida aos **candidatos aos cargos eletivos** nos âmbitos federal e estadual, é apresentar as propostas da indústria catarinense para as **eleições de 2022**. Consideramos, como premissas fundamentais, este cenário de grandes transformações e o papel central do setor para o processo de desenvolvimento social e econômico. A indústria tem o poder de alavancar os demais segmentos, incorporar novas tecnologias e gerar inovações – em resumo, é o motor do desenvolvimento ou, como dizemos na FIESC, a **indústria é o coração de Santa Catarina**. Este documento se propõe a ser o ponto de partida para o imprescindível **diálogo** entre os setores privado e público – que precisa ser **constante, franco, transparente e ininterrupto**, para a construção de uma Santa Catarina cada vez melhor.

Nosso estado se destaca como um dos **mais industrializados do Brasil**, com o parque industrial mais diversificado e bem distribuído geograficamente, possuindo a segunda **estrutura produtiva mais competitiva** do País, de acordo com o Índice de Competitividade Industrial (ICI) dos estados. Isso tem relação direta com os

bons níveis de renda e sua distribuição em Santa Catarina, o desemprego mais baixo do Brasil e o alto Índice de Desenvolvimento Humano, dentre outros indicadores positivos. O sucesso do passado, entretanto, não garante lugar de destaque no futuro. Precisamos renovar as conquistas e ir além.

Sem o benefício de ter estruturas estatais para impulsionar seu desenvolvimento, **Santa Catarina** tem o diferencial de contar com uma **população com DNA empreendedor** e empresários arrojados e determinados a investir, crescer e gerar empregos. Cabe ao setor público criar um **ambiente de negócios seguro e atraente**, além de formular políticas que levem em conta a realidade atual e as tendências de futuro, para que os esforços e recursos sejam despendidos na direção correta.

Alguns temas são especialmente relevantes, considerando que são desafios históricos ainda não vencidos. Sem superar limitações como a precária **infraestrutura logística** e a disfuncionalidade do **sistema tributário**, além de avançar na qualidade da **educação**, não é possível imaginar um futuro auspicioso.

Diante da **escassez de recursos públicos** para investimentos, a indústria defende a realização de um **planejamento integrado** e sistêmico para a infraestrutura logística catarinense, que necessariamente faça parte de um planejamento nacional para o setor. Isso ajudará a definir prioridades e elaborar um **banco de projetos**, nos moldes do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). Temos convicção de que a melhoria da infraestrutura logística é a chave para Santa Catarina se tornar o estado mais competitivo do País (Índice ICI), considerando que o primeiro lugar, São Paulo, conta com as melhores estradas brasileiras.

Defendemos que o setor público oferte à população a educação plena em todos os níveis, com ênfase para as novas tendências e necessidades do mercado, reforçando aspectos como ciência, tecnologia e inovação. **Sem um salto na educação** básica e na educação profissional não poderemos contar com recursos humanos capazes de conduzir as transformações necessárias. Nesse sentido, a indústria, por meio do SENAI, se coloca como parceira do setor público para atendimento das necessidades de educação e qualificação profissional. Mais do que formar pessoas para o setor produtivo, **a educação para o mundo do trabalho é um meio de inclusão** social e de elevação da qualidade de vida da população.

Para que a indústria desenvolva seu potencial, é fundamental não somente a **simplificação e racionalização do sistema tributário**, mas também a manutenção e criação de incentivos, que mirem no desenvolvimento de setores industriais estratégicos para Santa Catarina e

suas regiões. Essa é uma forma de adensar as cadeias produtivas e tornar a indústria mais competitiva internacionalmente.

O tema está ligado à urgente necessidade de formulação de uma **política industrial consistente**. Fortalecer a indústria por meio de políticas industriais é o caminho que vem sendo trilhado pelas maiores economias do mundo, justamente por reconhecer a importância do setor para o crescimento econômico sustentado. Vivemos um momento especial de reorganização das cadeias produtivas, o que abre uma oportunidade para a indústria catarinense **ampliar a conquista de terreno** em mercados como **Estados Unidos e Europa**, colocando-se como alternativa confiável de fornecimento de produtos industrializados de alta qualidade.

Como já mencionado, para forjar esse novo arranjo, é de extrema relevância que haja um **diálogo constante entre o governo e o setor produtivo**, da mesma forma que com os demais representantes da sociedade. Com objetivos claros, é preciso reorganizar o setor produtivo tendo em vista que os fatores de competitividade da indústria dizem respeito não somente às empresas, mas também ao ambiente de negócios, à infraestrutura logística e tecnológica e diversas outras áreas, como a educação e a política de estímulo à inovação.

É essa complexidade e complementaridade que justificam nossa proposta de criação de um **Conselho Permanente de Desenvolvimento de Santa Catarina**, uma instância onde se poderá

aprofundar as parcerias entre empresários, trabalhadores, instituições de ensino e pesquisa e o setor público, que sempre foram profícuas no Estado. Ao institucionalizar o Conselho, Santa Catarina terá a oportunidade de voltar a **planejar seu futuro** de maneira consistente e integrada, alinhando objetivos e interesses em favor de um projeto robusto de desenvolvimento.

É dessa forma, por exemplo, que pode ser impulsionada, de maneira ainda mais forte, a **inovação em Santa Catarina**, área em que o Estado já se destaca, nacionalmente, mas que precisa chegar aos **melhores padrões internacionais**, se quisermos manter a competitividade no longo prazo. Precisamos fortalecer a pesquisa científica, mas é necessário valorizar mais a pesquisa aplicada – sustentável, alinhada ao mercado e com desdobramentos objetivos no desenvolvimento econômico e social. Em suma, a FIESC propõe a elaboração de estratégias coordenadas e de longo prazo – **projetos de Estado e não de governo**.

A **segurança jurídica**, essencial para a decisão de investimentos e a geração de empregos, também pode ser entendida como uma construção institucional, que envolve o alinhamento dos diversos setores da sociedade. Vale citar as questões relativas ao meio ambiente, extremamente sensíveis em tempos de mudanças climáticas, mas que se não estiverem submetidas a regras claras e razoáveis acabarão por inibir o almejado desenvolvimento sustentável.

As **propostas desta Carta** estão estruturadas com o objetivo de contribuir para a **construção de um ecossistema sustentável** de desenvolvimento econômico, social, ambiental, cultural e tecnológico em Santa Catarina, alinhadas ao que propõe o programa Reinventa SC, criado pela FIESC para ajudar a indústria a atravessar os tempos transformadores que vivemos.

Com esta contribuição, a indústria almeja aprofundar ainda mais o seu papel no processo de desenvolvimento. Neste momento histórico, nossa indústria não tem nomes. Tem compromissos. Tem história. E tem honrado essa história, construída com a determinação e a capacidade de trabalho dos catarinenses. Por isso, queremos que sejam escolhidos os melhores candidatos – em todos os cargos. E estes são aqueles que têm compromisso com a indústria; que sabem que o setor gera empregos, oportunidades e riqueza; que a indústria educa os trabalhadores e seus filhos, promove a saúde e a qualidade de vida, gera a inclusão e o desenvolvimento econômico e social.

Mario Cezar de Aguiar
Presidente da FIESC

Sumário

Parte I

Posicionamentos Estratégicos do Setor Industrial de SC

1. Fundamentos para o desenvolvimento social e econômico	12
2. A importância da indústria para Santa Catarina e o papel da FIESC	14
3. Premissas fundamentais para o relacionamento intersetorial	16
4. Propósitos e objetivos estratégicos	18

Parte II

Propostas de Iniciativas Estratégicas para o Desenvolvimento Sustentável de Santa Catarina, baseado na atividade empreendedora

5. Propostas para fortalecimento e reinvenção da indústria	20
6. Propostas para a Educação	23
7. Propostas para Inovação & Tecnologia	25
8. Propostas para melhoria do Ambiente de Negócios	27
9. Propostas para o aprofundamento da internacionalização de Santa Catarina	29
10. Propostas para o segmento de Infraestrutura e Infra sistemas	32
11. Propostas para atrair, disponibilizar e aplicar capital	36

Parte III

Prioridades Legislativas, Setoriais e Regionais

12. Pauta legislativa defendida pela indústria na agenda parlamentar Federal e Estadual	38
13. Desafios e Oportunidades dos principais Setores Industriais de Santa Catarina	40
14. Desafios e Oportunidades das Mesorregiões de Santa Catarina	43

ANEXO

Modelo de Planejamento e Análise	44
Instrumento de Avaliação do Alinhamento do Candidato com as propostas da Indústria	46



Parte I

Posicionamentos Estratégicos do Setor Industrial de SC

Esta primeira parte do documento procura estabelecer as crenças, consensos, propósitos e visões compartilhadas que a FIESC pretende externalizar para buscar o comprometimento dos candidatos às eleições de 2022.

1. Fundamentos para o desenvolvimento social e econômico

A FIESC entende que um processo legítimo e eficiente de desenvolvimento social e econômico se assenta sobre valores fundamentais e inegociáveis como a liberdade individual, o respeito à democracia e a valorização do empreendedorismo. Mais do que se enquadrar como demandas para melhorar o chamado ambiente de negócios, esses valores são os pilares de um ambiente saudável para a vida em sociedade, uma vez que buscam garantir direitos fundamentais, reforçar a confiança nas instituições e pavimentar o caminho para que cada brasileiro possa fazer o seu melhor, almejando seu crescimento individual e ao mesmo tempo contribuindo para a prosperidade do País.

1.1. Respeito e valorização das liberdades econômica, de expressão e de pensamento

Nações liberais são mais exitosas em conquistar elevados padrões de desenvolvimento. A liberdade econômica, que pode ser traduzida como a autonomia garantida a cada cidadão para gerar e fomentar negócios, ao mesmo tempo que garante ao consumidor o direito de escolher livremente seus produtos e serviços, é um pilar fundamental para o desenvolvimento de uma economia saudável e robusta. Já o respeito às opiniões diversas e o entrelaçamento de diferentes ideias em um ambiente saudável de debate político são essenciais para a construção de pontes que conduzam a um futuro auspicioso.

1.2. Respeito e valorização da atividade econômica e da propriedade privada

Países e estados que reconhecem, valorizam e se orgulham de seus empreendedores como agentes do desenvolvimento possuem a matéria-prima fundamental para o crescimento. Já o oposto, que é hostilizar e onerar demasiadamente a atividade econômica privada, constitui-se em receita certa para afastar investimentos e caminhar para a estagnação. Nesse contexto, o respeito à propriedade privada é central, pois desenvolvimento requer harmonia e complementaridade entre os setores público e privado; jamais antagonismo.

1.3. Respeito e valorização do Estado Democrático de Direito baseado em um sistema eleitoral transparente

Em um Estado Democrático de Direito todos, sem exceção, devem respeitar as leis que são criadas pelos próprios cidadãos por meio de seus representantes políticos. Para fazer valer os desejos da população e organizar o país e o estado de acordo com suas necessidades e anseios é preciso qualificar a representação política e realizar eleições de modo transparente, seguro e auditável.

1.4. Respeito e valorização da Pátria, da soberania nacional e dos princípios presentes na Constituição

Pátria é a terra natal, o local no mundo onde os respectivos cidadãos podem exercer plenamente a sua cidadania e gozar de seus direitos. Por isso o Brasil é o maior patrimônio dos brasileiros. Respeitar e valorizar o País é o ponto de partida para torná-lo mais próspero. Nesse contexto, a soberania nacional deve ser respeitada e fortalecida, assim como os demais fundamentos da República expressos em nossa Constituição.

2.A importância da indústria para Santa Catarina e o papel da FIESC

Indústria e desenvolvimento andam juntos. O setor é o que mais incorpora tecnologias, gera inovações e cria empregos de qualidade. Alavanca o setor primário e os serviços criando ecossistemas em seu entorno. Para cada 10 empregos diretos, gera 16 indiretos. Contribui para a elevação da produtividade, o principal fator do crescimento sustentável. Estado entre os mais industrializados do Brasil, não é por acaso que Santa Catarina possui elevados indicadores de qualidade de vida e o desemprego mais baixo do País.

A indústria catarinense é referência nacional em qualidade, produtividade, inovação e vanguarda. O Índice de Competitividade Industrial (ICI) dos estados brasileiros, elaborado pelo Observatório FIESC, revela que a estrutura produtiva de Santa Catarina (0,167) é a segunda mais competitiva do País, com índice muito próximo ao de São Paulo (0,168), o primeiro do ranking. Santa Catarina não conta com infraestrutura logística tão boa quanto a paulista, o que neste caso faz a diferença. A competitividade da indústria catarinense é sustentada pela combinação de diversidade industrial, que contempla empresas intensivas em conhecimento, inclusive em setores tradicionais, com bom nível de integração produtiva global.

Além disso, as empresas estão atentas às constantes mudanças que ocorrem no ambiente competitivo, calibrando a gestão e produzindo inovações de acordo com as exigências do mercado. Como consequência desse processo, resultante do esforço e determinação de famílias que se sucederam no comando de suas empresas, pequenas organizações se transformaram em grandes corporações.

É por isso que a FIESC reforça permanentemente a importância de se valorizar e reconhecer o legado e o patrimônio do conjunto de empresas já estabelecidas. E, naturalmente, defende e estimula a atração de novos empreendimentos e empresas para Santa Catarina, especialmente aqueles que são complementares às cadeias produtivas já instaladas.

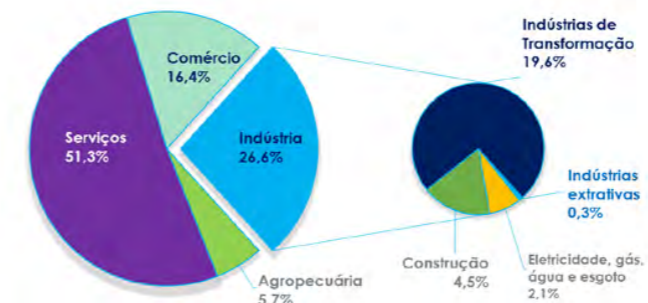
Pelo lado do setor público, valorizar a indústria e adotar políticas de Estado que ajudem o setor a crescer, inovar, se internacionalizar e se tornar mais competitivo não é concessão política, é estratégia de desenvolvimento social e econômico para Santa Catarina.

2.1. Um verdadeiro projeto de desenvolvimento precisa reconhecer a indústria como o motor do desenvolvimento de Santa Catarina

Santa Catarina tem 50 mil indústrias que geram mais de 800 mil empregos diretos – cerca de um terço do total de empregos formais do Estado. Considerando a indústria de transformação, o Estado é, na prática, o mais industrializado do Brasil (participação da indústria no PIB) e possui o quarto maior parque industrial. A indústria alavanca outros setores da economia como a agropecuária, serviços e transportes.

O estímulo à indústria reforçará o papel de Santa Catarina como uma das maiores geradoras de vagas formais de trabalho do País, chegando a uma situação de pleno emprego de qualidade. A consistente abertura de vagas em Santa Catarina se traduz na menor taxa de desocupação (4,5%) do Brasil, a menor informalidade (27,7%) e a maior taxa de trabalhadores com carteira assinada (88,2%) do País.

Composição do Produto Interno Bruto



2.2. É fundamental respeitar e valorizar a diversificação setorial com vocação regional

A indústria de Santa Catarina está distribuída harmonicamente por todo o território, apresentando concentrações regionais, conforme a vocação histórica e cultural. É a indústria mais diversificada do País. Por isso, o Estado não é tão afetado por crises setoriais e sai mais rápido dos momentos de estagnação, como no caso da pandemia – Santa Catarina encerrou 2021 com a maior expansão nacional na produção industrial em relação a 2020.

O desenvolvimento industrial deve ocorrer de forma a maximizar as vantagens e vocações das regiões e a competitividade histórica dos setores, respeitando e valorizando condições já estabelecidas e simplificando os processos relacionados a temas como o meio ambiente e a política tributária. Para atingir este objetivo, o

caminho mais natural e eficaz é a comunicação respeitosa e transparente, visando criar consensos, além de propostas sinérgicas e ousadas.

Diversificação produtiva e regional



2.3. É importante conhecer e potencializar o conjunto de serviços e a atuação da FIESC para apoiar e promover a indústria de SC

Representante institucional da indústria de Santa Catarina e provedora de diversos serviços para o setor, a FIESC almeja a elevação da competitividade industrial em Santa Catarina e o consequente desenvolvimento econômico e social do Estado. A FIESC está aberta à construção de alianças e parcerias em áreas como educação, saúde, inovação e infraestrutura. A instituição possui conhecimento e meios para apoiar a qualificação e o crescimento da indústria, que podem ser potencializados com a parceria do setor público.

3. Premissas fundamentais para o relacionamento intersetorial

Este documento está fundamentado em um conjunto de premissas que caracterizam o pensamento, a cultura e o comportamento da governança e da comunidade da FIESC. Estas premissas norteiam e balizam todas as propostas concebidas e aqui apresentadas, assegurando a coerência e o pensamento alinhado entre os membros da entidade.

3.1. Comprometer-se com princípios de comportamento e relacionamento: diálogo, parceria e harmonia

A FIESC acredita que os desafios globais e locais exigem um trabalho conjunto das várias forças da sociedade, devendo-se evitar a pulverização e o desperdício de recursos e energia. Nossas relações se pautam pela harmonia e autonomia, de forma cidadã, almejando o desenvolvimento. É fundamental que os governantes promovam e cultivem canais abertos, proximidade, integração, simplicidade, agilidade e efetividade nas relações com os diversos segmentos da sociedade.

3.2. Propor a criação de um Conselho Permanente de Desenvolvimento do Estado de SC

Com o aprofundamento do diálogo entre empresários, trabalhadores, instituições de ensino e pesquisa e o setor público por meio desse Conselho, Santa Catarina poderá voltar a planejar seu futuro de maneira consistente e integrada.

3.3. Valorizar o pacto federativo e as vocações regionais

A FIESC respeita o sistema escolhido democraticamente para governança do País, definido pela Constituição Federal e pelas constituições estaduais, mas, ao mesmo tempo, entende ser fundamental a compreensão e o reconhecimento das diferenças regionais que permitam soluções equilibradas e justas para as diversas regiões do País e do Estado.

3.4. Defender a criação de um Plano “de Estado”, e não “de governo”

Representantes dos poderes executivo e legislativo devem fazer valer a promessa de gerar planos e propostas de desenvolvimento para suas regiões, estados e país. A continuidade na execução desses projetos deve ser respeitada minimamente por aqueles que assumem mandatos posteriores à elaboração do plano. Para isso é necessário que essas iniciativas tenham as seguintes características:

- Planejamento com base em fatos e dados
- Planejamento com participação da sociedade
- Implantação transparente e eficaz.

3.5. Reconhecer as influências e desafios globais, nacionais e locais, assim como as oportunidades

Todo planejamento deve considerar as influências e desafios contemporâneos, de caráter econômico, social, ambiental e tecnológico.

Influências Globais

Mudanças climáticas se refletem no aumento da importância da economia de baixo carbono. Transformações no processo de globalização exigem cadeias produtivas cada vez mais complexas e resilientes. A aceleração de tendências e mudanças implica a intensificação do uso de tecnologias, como a Indústria 4.0. Além disso, existe a tendência à escassez de alimentos e o acirramento de conflitos políticos e ideológicos, dentre outros.

Influências Nacionais

Destacam-se as polarizações, como as políticas, adaptação dos modelos educacionais, mudanças no perfil de emprego e de carreira, além da necessidade de estabelecer novos padrões de desenvolvimento sustentável.

Influências Estaduais e Locais

O crescimento populacional e a mudança do perfil demográfico da população e do conjunto de trabalhadores, além de alterações no perfil industrial, comercial e de serviços, geram novas necessidades de formação e atração de recursos humanos, além de investimento significativo na infraestrutura geral e empresarial do Estado.

Desafios Históricos

Problemas e deficiências que se prolongam há anos comprometem a competitividade das empresas e a qualidade de vida da população.

Destacam-se a implementação das reformas administrativas, tributária e política, problemas crônicos de corrupção, mobilidade urbana, infraestrutura de transporte rodoviário, proteção contra enchentes e prevenção a estiagens, dentre outros.

Desafios Atuais

Questões de momento com reflexos agudos sobre a sociedade: insegurança jurídica, baixo crescimento do País e do mundo, efeitos da pandemia do Covid-19, polarização política, problemas crônicos e conjunturais no âmbito econômico e financeiro, infraestrutura sucateada e falta de mão de obra.

Ameaças e Oportunidades

Os elementos acima geram ameaças e oportunidades que precisam ser consideradas ou aproveitadas pelas empresas, tais como: desglobalização e reindustrialização do ocidente, acesso a tecnologias e conhecimentos avançados não disponíveis anteriormente, maior sofisticação e complexidade dos instrumentos de investimentos, financiamento, marketing e cooperação tecnológica, comercial e institucional.

4. Propósitos e objetivos estratégicos

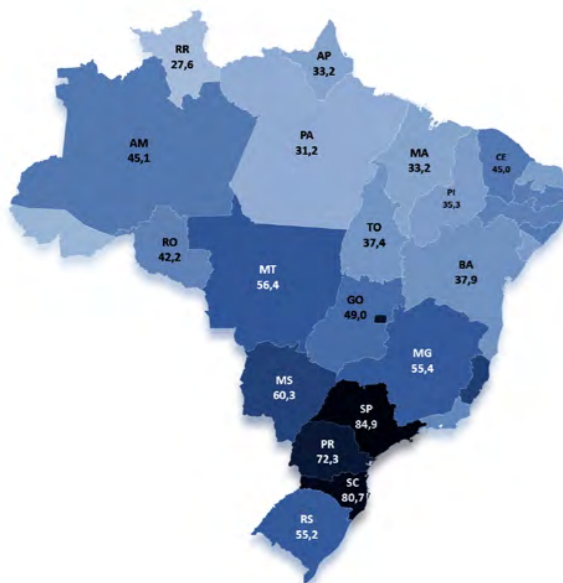
A FIESC acredita que todas as ações e medidas assumidas pelos governantes e legisladores devem estar orientadas para promover o desenvolvimento sustentável de Santa Catarina, contemplando toda a economia e a sociedade, do trabalhador até a empresa, do cidadão até as instituições democráticas, gerando benefícios sociais, econômicos, ambientais e culturais-tecnológicos, de forma ampla e geral. Também devem aumentar a relevância nacional e a inserção internacional de Santa Catarina em âmbito econômico, comercial, político, diplomático, cultural e social.

Por desenvolvimento entende-se o conjunto de ações e, principalmente, de resultados traduzidos na forma de indicadores, que permitam mensurar e avaliar sua evolução de forma confiável. Nossas expectativas e propostas contemplam os seguintes elementos de desenvolvimento sustentável:

4.1. Atingir padrões de excelência e relevância em qualidade, produtividade e valor agregado

Espera-se promover um salto relevante e significativo em termos de tamanho da economia industrial, da produtividade e da relação entre os resultados gerados do ponto de vista financeiro em relação ao volume de produção e o número de pessoas envolvidas na geração do produto. Estes indicadores deverão ser avaliados no âmbito nacional e internacional, por meio de entidades reconhecidas.

Ranking CLP / SC=80,7



4.2. Posicionar Santa Catarina como referência em sustentabilidade ambiental

O propósito da FIESC é que a indústria contribua de forma rápida e determinada para Santa Catarina se tornar referência em sustentabilidade ambiental, mas, muito importante, por meio de protocolos claros, objetivos, juridicamente seguros e economicamente viáveis.

4.3. Construir um estado cada vez mais voltado ao crescimento e à internacionalização

É preciso criar nos empreendedores uma mentalidade cada vez mais orientada para o aumento do fluxo de comércio com a exportação e com a importação. Também é importante estimular a exportação de serviços de alto valor agregado, visando fortalecer essa atividade, que tem grande potencial em Santa Catarina.

4.4. Estimular a inovação e buscar o máximo retorno sobre o investimento, fatores-chave da competitividade

A história demonstra que os países que estabeleceram estratégias consistentes de avanço de seu sistema de inovação conquistaram qualidade de vida, riqueza e perspectivas de futuro muito superiores em relação aos seus pares.

4.5. Buscar continuamente a redução das desigualdades e o aumento da renda média do cidadão

É fundamental o desenvolvimento e o acompanhamento de ações que reduzam a desigualdade, por meio de um planejamento consistente que promova a industrialização de forma harmônica, vocacionada e bem distribuída por todo o Estado.

4.6. Assegurar um padrão elevado de bem-estar social

As pessoas precisam estar no centro do plano. Este indicador objetiva avaliar a capacidade da economia gerar resultados de maneira harmônica com a sociedade e o meio ambiente.



Parte II

Propostas de Iniciativas Estratégicas para o Desenvolvimento Sustentável de Santa Catarina, baseado na atividade empreendedora

5. Propostas para fortalecimento e reinvenção da indústria

A FIESC acredita que todas as ações e medidas assumidas pelos governantes e legisladores devem estar orientadas para promover o desenvolvimento sustentável de Santa Catarina, contemplando toda a economia e a sociedade, do trabalhador até a empresa, do cidadão até as instituições democráticas, gerando benefícios sociais, econômicos, ambientais e culturais-tecnológicos, de forma ampla e geral. Também devem aumentar a relevância nacional e a inserção internacional de Santa Catarina em âmbito econômico, comercial, político, diplomático, cultural e social.

Por desenvolvimento entende-se o conjunto de ações e, principalmente, de resultados traduzidos na forma de indicadores, que permitam mensurar e avaliar sua evolução de forma confiável. Nossas expectativas e propostas contemplam os seguintes elementos de desenvolvimento sustentável:

5.1. Promover a reindustrialização e o posicionamento global dos setores tradicionais da indústria de SC

São eles os grandes motores atuais da economia do Estado, gerando a maior parte dos empregos e do PIB industrial. A modernização constante destes segmentos é essencial para que se mantenham competitivos internacionalmente. As grandes linhas que norteiam esse processo são as seguintes:

- Fortalecimento dos setores tradicionais já consolidados por meio do processo contínuo de acompanhamento de seu desempenho e dos fatores que afetam sua competitividade;
- definição de planos setoriais de apoio à consolidação e reinvenção dos setores geradores de emprego e de renda;
- análise e redução dos gargalos de competitividade nos aspectos de logística, transportes, infraestrutura de comunicação e crédito, dentre outros;
- preparação das empresas para atuar em mercados internacionais de forma profissional e agressiva;
- identificação e implantação das melhores práticas de competitividade empresarial;
- adoção de regimes de incentivos e benefícios justos e não oportunistas na relação com o mercado.

5.2. Fomentar e apoiar o desenvolvimento dos setores portadores de futuro

É preciso potencializar o crescimento e a inserção na economia dos setores industriais mais promissores, baseado nas vantagens competitivas do nosso estado em relação às tendências de futuro, por meio das seguintes iniciativas:

- Estabelecimento de programas de estímulo e consolidação de setores de alta tecnologia, visando a qualificação e elevação do padrão tecnológico do setor como um todo;
- consolidação de cadeias empresariais, integrando o setor de tecnologias tradicionais com os setores portadores do futuro;
- inserção de cadeias produtivas portadoras de futuro no contexto daquelas que já estão mais amadurecidas;
- viabilização de programas para inserção tecnológica nas empresas.

5.3. Promover o avanço e a consolidação da Indústria 4.0

A transformação digital da indústria é fator-chave para a competitividade e uma oportunidade única para a redução de gaps tecnológicos de alguns setores em relação aos concorrentes globais. Além disso, abre-se um novo mercado para o fornecimento de tecnologias. É preciso estimular a aplicação dos princípios e soluções 4.0 nas indústrias, estabelecer programas subsidiados ou financiados para isto e criar meios de avaliar os resultados.

5.4.Promover o avanço e a consolidação das práticas ESG

A prática internacional demonstra que incluir pessoas, cuidar do meio ambiente e empreender com ética – os pilares do ESG – torna as empresas mais lucrativas e valiosas. Também facilita o acesso aos mercados e às fontes de financiamento. É preciso estimular a aplicação dos princípios e soluções ESG nas indústrias, além de viabilizar a avaliação de resultados acerca dessas práticas. Por outro lado, é necessário difundir e incentivar as oportunidades do mercado de carbono e economia verde.

5.5.Promover um modelo ecossistêmico de desenvolvimento, envolvendo os atores da “Quádrupla Hélice”

O modelo refere-se a interações entre a academia, a indústria e o governo, além das federações empresariais e outras entidades da sociedade civil, para promover o desenvolvimento econômico e social.

6.Propostas para a Educação

O Brasil encontra-se distante de alcançar resultados satisfatórios na garantia à aprendizagem, em todas as etapas de ensino. Santa Catarina ocupa lugar privilegiado em vários rankings comparativos entre estados, mas nem por isso está livre de grandes desafios. No Estado, 13,1% dos jovens entre 15 e 29 anos não estudam nem trabalham. No próximo período de governo de estado será finalizado o atual Plano Estadual de Educação (PEE/SC), desdobramento do Plano Nacional de Educação, e pactuado um novo. As problemáticas a serem encaradas são inúmeras, como o baixo índice de matrículas na educação profissional e o não atingimento dos índices de qualidade (IDEB) nos anos finais do ensino fundamental e médio.

Esses desafios se dão em um contexto de grande transformação do mercado de trabalho, provocada pelo uso de novas tecnologias e por mudanças nas cadeias produtivas. A indústria precisará de profissionais qualificados, criativos e comprometidos para assegurar padrões de competitividade e alto crescimento.

Santa Catarina precisa avançar na melhoria da qualidade educacional, na promoção de um sistema educacional sintonizado com os avanços sociais, científicos e tecnológicos e na oferta de oportunidades para os jovens e adultos ingressarem no mercado de trabalho.

6.1.Elevar a qualidade da educação básica do Estado e municípios, promovendo a gestão, avaliação e monitoramento de dados e indicadores educacionais

Criar um centro de gestão, avaliação e monitoramento de dados e indicadores educacionais por meio da implantação de um sistema estadual de avaliação, com acompanhamento anual dos educandos e com foco nos resultados. Isso permitirá a valorização das escolas e dos gestores educacionais com melhores desempenhos, bem como o compartilhamento de boas práticas e o auxílio técnico especializado para as unidades escolares com desempenho insuficiente.

6.2.Implementar uma política pública para valorizar os professores da rede estadual

Investir nos professores tem sido a estratégia determinante para o êxito dos países que mais conseguiram avançar e alcançar as primeiras posições nos rankings globais de educação. É necessário, portanto, desenvolver política pública que valorize o trabalho docente na rede estadual com foco no desenvolvimento, reconhecimento e carreira dos professores, a inclusão de um plano plurianual de formação para excelência e a valorização da progressão acadêmica e de formação dos docentes.

6.3. Consolidar a implantação do novo ensino médio, com foco na ampliação de matrículas integradas com educação profissional

Ampliar a oferta de matrículas integradas com a educação profissional no novo ensino médio, considerando as vocações dos municípios e características dos setores produtivos nas diferentes regiões do Estado, por meio de parcerias com as instituições privadas de ensino, da articulação com as empresas e organizações que demandam formação e da melhoria da qualidade de ensino ofertada pela própria rede, visando a empregabilidade dos egressos. O objetivo é minimizar os impactos do “apagão de mão de obra” e tornar o ensino médio mais atrativo. Pesquisa realizada pelo SESI demonstrou que 84% dos estudantes possuem interesse em formação profissional, enquanto os dados do PNAD apontam como maior motivo do abandono escolar a necessidade de trabalhar e o desinteresse pelos estudos.

6.4. Ampliar a escolaridade básica, articulando com a qualificação profissional e a preparação para o mundo do trabalho

Ampliar a oferta de educação de jovens e adultos articulada com qualificação profissional, promovendo a conclusão dos estudos da educação básica e integrando com a formação de uma profissão. Adotar metodologias que reconheçam a experiência e saberes já adquiridos e fortalecer a adoção da modalidade a distância, que alcance todos os municípios catarinenses. Buscar parcerias com instituições de ensino especializadas na oferta de educação profissional.

6.5. Desenvolver políticas e diretrizes pedagógicas para estimular a implantação e a consolidação de tecnologias educacionais

Implementar e dar continuidade a um conjunto de políticas públicas voltadas à garantia de infraestrutura, conteúdo e recursos digitais e formação da comunidade escolar. Os aspectos mais relevantes são a universalização do acesso à internet nas escolas, a promoção da cultura digital entre gestores, escolas e corpo técnico docente, a disponibilização de laboratórios e dispositivos de informática e a criação de políticas e diretrizes pedagógicas para o uso de tecnologias na educação adequadas a cada etapa de ensino.

7. Propostas para Inovação & Tecnologia

A competitividade das empresas depende essencialmente de dois grandes grupos de vetores. O primeiro deles engloba a excelência do que é produzido e um alto nível de produtividade, de padrão internacional. O outro grupo refere-se à capacidade de gerar diferenciais da concorrência, por meio da agregação de conhecimento técnico-científico e da experiência e conhecimento do ambiente competitivo. Essa capacidade envolve o desafio de desenvolver e dominar tecnologias, aplicando o resultado desse processo na geração de novos produtos, processos produtivos, abordagens de mercado ou modelos de negócios.

Além de contar com empresas inovadoras em setores tradicionais, Santa Catarina tem se destacado como um dos mais dinâmicos no setor de empresas de base tecnológica. Este histórico se deve, principalmente, à cultura e à valorização da técnica por parte dos empreendedores pioneiros (de origem principalmente europeia), o que, somado a outros fatores de desenvolvimento, resultou em um modo de fazer negócios tipicamente catarinense.

Uma das características desse modelo é a transformação de empresas locais em grandes grupos nacionais e multinacionais, com diferencial forte no vetor inovação. Este fato reforça a importância do tema Inovação & Tecnologia como um elemento-chave para o desenvolvimento de Santa Catarina nos próximos anos.

7.1. Construir e consolidar o Sistema Estadual de Inovação

Dar forma a um Sistema Estadual de Inovação, composto pelas universidades públicas e privadas, centros de pesquisa, empresas inovadoras e outros atores do mundo de ciência, tecnologia e inovação, é um desafio que exige a definição, aperfeiçoamento e manutenção de políticas estaduais sintonizadas com os planos nacionais, bem como um compromisso de manutenção e ampliação dos recursos públicos destinados à área, com foco na geração de resultados para a sociedade.

7.2. Fortalecer rede de acesso à tecnologia

A tecnologia é nada mais do que o conhecimento estruturado, formatado e modularizado para ser transferido e aplicado de maneira simples e objetiva entre os diversos atores sociais, em especial as empresas, os órgãos de governo e outros atores da sociedade. É fundamental estabelecer canais, caminhos e mecanismos simples para que empresas possam acessar o máximo de tecnologia.

7.3. Fortalecer rede de acesso à inovação

Deve-se estruturar a rede de acesso à inovação. Ela precisa contemplar, além dos agentes provedores de tecnologia, outros mecanismos que estimulem o relacionamento entre potenciais atores do ecossistema, estimulando novas ideias, produtos, processos, negócios e oportunidades no mercado. Este tipo de rede é fundamental para estruturar cadeias competitivas únicas e com capacidade de estabelecer novos rumos de desenvolvimento para o Estado e suas regiões.

7.4. Promover o adensamento do ecossistema de C&T

O estabelecimento progressivo e contínuo de um ecossistema estadual de ciência, tecnologia e inovação envolve a definição de programas, projetos mobilizadores e estruturantes, bem como outras iniciativas estratégicas que promovam a integração entre grandes empresas, universidades, startups, laboratórios de pesquisa e outros elementos. Isso permite a interação sinérgica voltada para a geração de resultados excepcionais, constituindo o que se tem chamado de “inovação ecossistêmica” ou “inovação 4.0”.

7.5. Viabilizar projetos mobilizadores estruturantes

O exemplo mais difundido deste tipo de projeto é o Apollo, conduzido pela NASA, que teve a missão de levar o homem à Lua e trazê-lo em segurança de volta à Terra. O objetivo é focar os esforços e as atenções dos diversos atores do ecossistema, idealizando, desenvolvendo e implementando projetos que permitam criar toda uma disciplina estratégica para a geração de práticas e resultados que beneficiem todo o sistema. Este tipo de projeto cria consenso sobre a importância da atuação ecossistêmica e gera a crença de que é possível realizar planos ousados e altamente sofisticados.

7.6. Conceber e implementar uma política de empreendedorismo tecnológico e da indústria criativa

A indústria do futuro é caracterizada pelo alto nível de conhecimento agregado aos produtos e aos serviços. Nesse contexto, é fundamental para o futuro do Estado, bem como da indústria tecnológica e criativa, que seja estimulada a geração de um plano de desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação nacional, que seja desdobrado para Santa Catarina, e que o Estado se torne referência na implantação de políticas, programas, projetos e ações.



8. Propostas para melhoria do Ambiente de Negócios

A construção de um ambiente favorável aos negócios se associa a um ambiente também favorável à saúde, inovação, finanças e projetos sociais. Para torná-lo realidade será necessário um pacto institucional que envolva os diversos atores da sociedade.

A construção de uma Santa Catarina referência em desenvolvimento sustentável exigirá a criação de diversos mecanismos, instrumentos e conceitos que vêm sendo discutidos há anos para facilitar o desenvolvimento dos negócios e a realização dos planos das empresas de todos os portes e setores. Cabe à sociedade discutir abertamente fatores que afetam e colaboram com a construção desse ambiente favorável e implementá-los de forma rápida e objetiva.

8.1. Tornar o Estado eficiente e eficaz, com planejamento e gestão

Adoção de práticas que já estão em operação no setor privado, para buscar padrões nacionais e internacionais de competitividade. O Estado deve privilegiar a simplicidade e a eliminação de tarefas redundantes e dispensáveis, a fim de que o maior tempo possível seja dedicado às atividades produtivas. Também deve implementar um sistema de gestão capaz de articular e integrar os vários projetos e planos, assegurando a sinergia entre entidades e organizações e promovendo a concretização dos objetivos e metas.

8.2. Estruturar uma Política Industrial que fortaleça e estimule o empreendedor catarinense

Este tema é erroneamente confundido com renúncia fiscal. A proposta, contudo, é criar incentivos visando o desenvolvimento de indústrias estratégicas para as cadeias

produtivas vocacionadas das diversas regiões. O arranjo promove a competitividade internacional das empresas, o adensamento de cadeias produtivas e a distribuição regional do desenvolvimento. Sua eficácia é comprovada pela prática internacional – diversos países têm criado políticas industriais com o objetivo de aproveitar o potencial da indústria de elevar a produtividade e gerar inovações.

8.3. Assegurar tratamento justo ao contribuinte

O contribuinte deve ser respeitado, pois viabiliza o funcionamento do setor público. O tratamento isonômico entre cidadãos e empresas, respeitadas as peculiaridades históricas e conjunturais, é ponto fundamental para a harmonia, a justiça e o equilíbrio entre os diversos entes da sociedade.

8.4. Privilegiar medidas e projetos que melhorem a qualidade de vida da população, com foco no trabalhador

Um dos grandes diferenciais de Santa Catarina é a capacidade de atrair talentos, investidores e cidadãos devido às suas características naturais, sociais e culturais. É preciso divulgar esta condição e melhorar ainda mais a qualidade de vida no Estado que, assim, se tornará cada vez mais competitivo.

8.5. Implementar Política Estadual de Transição Energética Justa em consonância com as Políticas Estadual e Nacional de Mudanças Climáticas

A transição para uma economia de baixo carbono demanda projetos e investimentos complexos e a superação de desafios sociais e econômicos, o que implica a necessidade de incentivos, além de clareza de regras.

8.6. Realizar o zoneamento econômico e ecológico do território catarinense

Ter clareza sobre o que pode e o que não pode ser feito em cada espaço do território catarinense é fundamental para a conservação dos recursos naturais, para estimular investimentos, evitar prejuízos e judicialização, além de prevenir conflitos.

8.7. Agilizar e desburocratizar o licenciamento ambiental

Buscar mecanismos eficientes para a desburocratização e eficiência do processo de licenciamento ambiental, como a promoção da descentralização por intermédio dos consórcios municipais e mecanismos como licenciamento autodeclaratório.

8.8. Disseminar ações para uma cultura pró-empresendedorismo

É necessário ampliar ainda mais a percepção positiva da sociedade em relação à indústria, fortalecendo algo já reconhecido por grande parte dos catarinenses: que o setor empresarial, e a indústria em particular, tem dado uma contribuição fundamental ao desenvolvimento social econômico do Estado. A cultura para o empreendedorismo objetiva criar também um ambiente favorável ao desenvolvimento permanente da indústria.

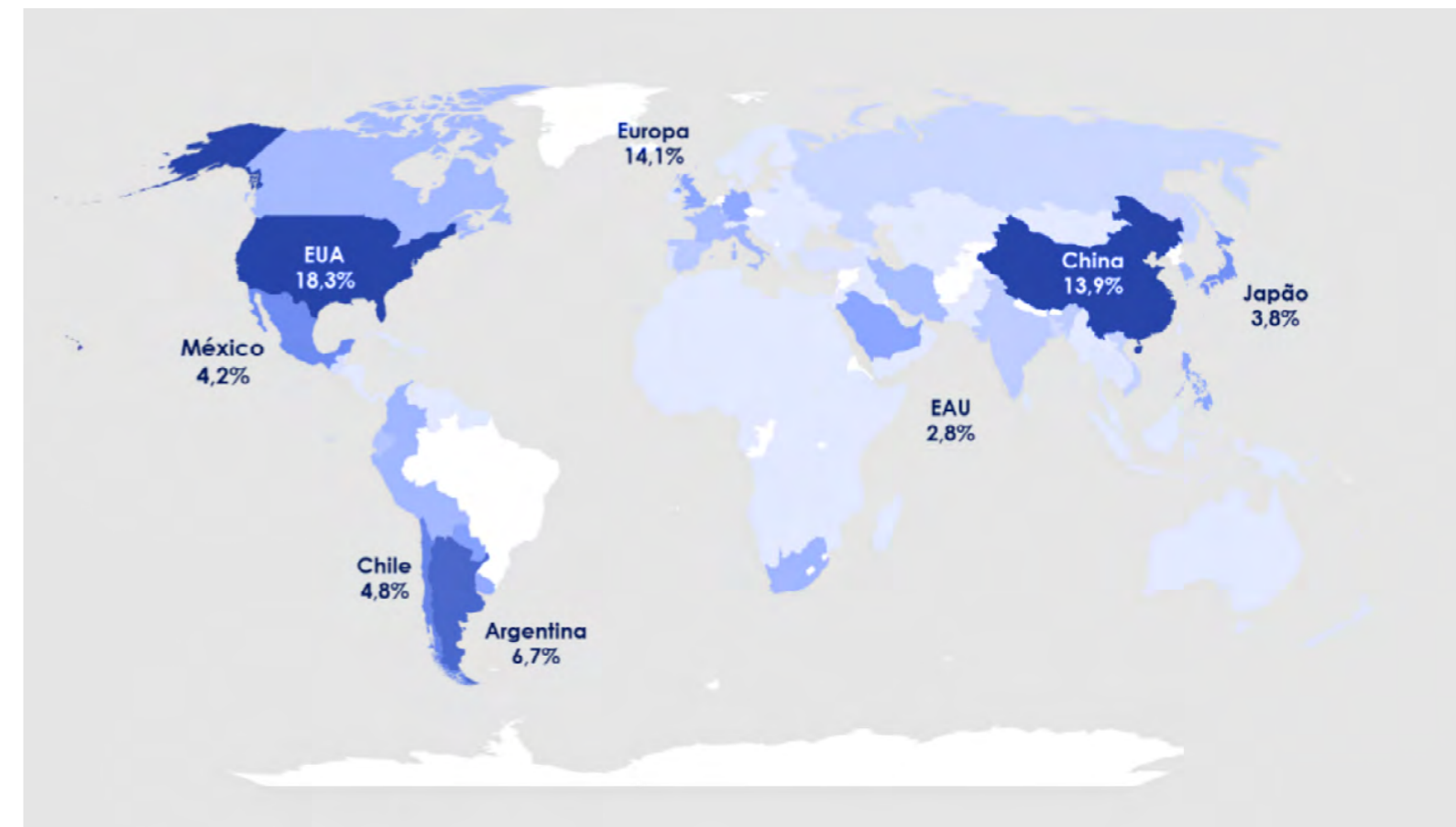
8.9. Idealizar e promover uma estratégia de marca e comunicação para Santa Catarina

Santa Catarina já é reconhecida no País e até mesmo fora como um estado de produtos de excelência em vários segmentos, além de estar associada a valores como beleza natural e qualidade de vida. É necessário aproveitar esses atributos e investir na construção de uma marca reconhecida e respeitada, fruto de um processo eficaz de comunicação e de um sistema efetivo de inteligência. O caminho é o desenvolvimento e a consolidação de um sistema integrado, flexível, diversificado, cooperativo e sinérgico de organizações voltadas para a concretização da Visão, Comunicação, Marca e Inteligência.

9. Propostas para o aprofundamento da internacionalização de Santa Catarina

Se é verdade que os negócios internacionais são um dos eixos principais da economia catarinense, também é fato que o número de indústrias que exportam ou importam não alcança 2 mil, em um universo de 50 mil indústrias. Aprofundar a internacionalização é estratégico para o Estado, pois em função das cadeias de valor envolvidas há abrangência exponencial ilimitada dos benefícios. Por isso é necessário instituir políticas públicas voltadas a inserir a indústria – especialmente as pequenas e médias – e intervenientes relevantes (operadores logísticos, despachantes, consultorias) nos negócios internacionais.

Exportação de Janeiro a Julho de 2022



9.1. Elaborar um plano estratégico de internacionalização para Santa Catarina

É preciso que o planejamento tenha uma definição realista de estratégias, objetivos e mecanismos de acompanhamento, controle, auditorias e indicadores.

9.2. Alterar o status da atual Secretaria Executiva de Assuntos Internacionais para Secretaria de Estado

A implementação de um planejamento estratégico para a internacionalização será mais efetiva com a criação de uma secretaria de estado, com poder de planejamento e execução, para cuidar exclusivamente do tema.

9.3. Criar instrumentos para ajudar empresários a superar as barreiras de conhecimento

A internacionalização é um processo que exige conhecimento aprofundado dos empresários sobre temas concernentes ao comércio exterior, como sistemas tarifários, ambiente jurídico, mercado, incentivos, etc. É preciso ajudá-los a superar as barreiras por meio de cursos, conferências, seminários e workshops em alinhamento com instituições de ensino público e privadas.

9.4. Criar uma rede de informações comerciais permanentemente atualizada e acessível por meio eletrônico

Informação comercial é essencial para o sucesso de uma estratégia de internacionalização. O empresário precisa saber onde seu produto é demandado e do que os clientes do exterior precisam, ou quais fornecedores do exterior podem oferecer o que ele necessita.

9.5. Criar programas transfronteiriços visando a ampliação de negócios regionais

Promover a ampliação de negócios regionais é uma maneira eficiente de acelerar o comércio exterior. Para tanto é preciso criar programas específicos transfronteiriços em consonância com a política estabelecida em tratados internacionais de que o Brasil é signatário, como o Mercosul.

9.6. Apoiar a criação e utilização de plataformas de marketplace e promoção comercial para a realização de negócios internacionais por meio de e-commerce

As oportunidades de negócios para quem tem presença on-line aumentam e a previsão é crescer ainda mais nos próximos anos. Assim, é preciso apoiar os empresários catarinenses nesse sentido.

9.7. Ações em sintonia com iniciativas do setor privado

Promover a interação permanente da Secretaria de Estado Internacional com o Ecossistema de Internacionalização SC, programa existente no âmbito da FIESC, para coordenar ações e evitar desperdício de recursos.

9.8. Participar das ações promovidas pela APEX Brasil

Ao participar de ações da agência responsável pela promoção de produtos brasileiros no exterior, é possível acessar recursos do governo federal para missões, feiras e eventos internacionais, com subsídio aos participantes de programas estaduais, especialmente empresas de pequeno e médio portes.

9.9. Fortalecer ações para promover a marca do Estado no mercado internacional

Realizar eventos e participar de feiras com o objetivo de divulgar a indústria de Santa Catarina e as oportunidades existentes no Estado. Abrir escritórios de representação nos mercados estratégicos.

9.10. Reivindicar junto ao Ministério das Relações Exteriores a reabertura do escritório local

A estrutura é fundamental para aprofundar o conhecimento das características e demandas locais e para a agilização de processos e prestação de serviços.

10. Propostas para o segmento de Infraestrutura e Infra sistemas

A falta de investimentos em infraestrutura de transportes é um dos maiores entraves para a competitividade da indústria catarinense. De acordo com estudo da FIESC/UFSC, os custos logísticos do setor em Santa Catarina são de R\$ 0,14 por cada real faturado – o que representa desvantagem em relação ao custo praticado no Brasil (R\$ 0,11 por real faturado) ou ao mercado americano, por exemplo, que é o destino de grande parte das exportações do Estado, onde o custo é ainda menor. De acordo com o estudo, uma redução de R\$ 0,01 nos custos logísticos representaria economia de R\$ 4 bilhões por ano (considerando o PIB estimado de Santa Catarina de 2021 de R\$ 400 bilhões). Outros temas de infraestrutura como energia, saneamento e comunicações também são críticos para o desenvolvimento sustentável do Estado.

10.1. Realizar planejamento integrado e sistêmico da macrologística catarinense

O planejamento deve ser para curto, médio e longo prazos, incorporando o conceito de intermodalidade, com a consolidação de um Plano Estadual de Logística de Transporte (PELT), considerando os resultados do Plano Nacional (PNL 2035). Deve considerar toda a cadeia de suprimento e distribuição dos setores industriais consolidados e definir prioridades de investimentos, contando com a contribuição e participação de todos os setores produtivos do Estado. A participação privada nos investimentos é fundamental para assegurar a infraestrutura necessária, e nesse sentido a criação de um banco de projetos e um ambiente de segurança jurídica são fundamentais, conforme detalhado anteriormente (capítulo 7) e mais à frente (capítulo 10).

10.2. Propostas para o modal rodoviário

O modal rodoviário representa 68,7% da matriz de transporte catarinense. Porém, considerando as malhas federal e estadual, cerca de 70% do total está em condições precárias, necessitando de ampliação de capacidade, restauração e manutenção rotineira. Assim, a FIESC propõe:

- Estabelecer um programa de Estado para a conservação, manutenção e restauração da malha rodoviária estadual e federal, incluindo as obras de arte especiais.
- Priorizar a humanização das rodovias catarinenses com políticas de educação de trânsito e investimentos para a redução dos acidentes e melhorias nos pontos críticos.
- Melhorar a gestão e garantir recursos federais para as obras de duplicação, ampliação de capacidade e melhorias nas BRs 470, 280, 282, 285, 163, 153 e 158.
- Dar celeridade aos investimentos na BR-101 (SC) – Trecho Norte, previstos nas propostas da Comissão Tripartite da ANTT, e monitorar os investimentos previstos nas concessões das BRs 116 e 101 (Sul e Norte).

10.3. Propostas para o modal aquaviário

Os portos catarinenses são destaque nacional na movimentação de contêineres, com 20% do mercado. Apesar dessa relevância, possuem acessos rodoviários com níveis de serviços comprometidos e não têm conexões ferroviárias eficientes com a malha nacional, além de possuírem limitações para receber navios de grande porte. Defendemos:

- Garantir calado compatível com os navios de maiores dimensões que já operam na costa brasileira, com as seguintes intervenções:
 - Complexo Portuário da Baía da Babitonga: dragagem de aprofundamento do canal externo e interno para 16 metros e retificação de curva. Projeto e execução de derrocamento de rocha junto ao berço 101 e da laje do Barata.
 - Complexo Portuário do Rio Itajaí: realizar a segunda etapa da nova bacia de evolução e aprimoramento do canal de acesso.
 - Porto de Imbituba: fazer o reforço do molhe de abrigo e dragagem de aprofundamento do canal de acesso e dos berços de atracação.
- Ampliar e melhorar os acessos rodoviários aos portos de Itajaí (Via Expressa Portuária), São Francisco do Sul e Itapoá, e fazer novo acesso ao Porto de Imbituba.

10.4. Propostas para o modal ferroviário

A FIESC defende a viabilidade do Complexo Ferroviário Catarinense, superando a visão preponderante de que o modal deve ser voltado ao setor de commodities. É preciso incluir a indústria e o transporte de produtos de valor agregado na equação. É necessário:

- Planejar e construir o Complexo Ferroviário Catarinense, com visão intermodal e ênfase nas cadeias de suprimento e distribuição relacionadas com os mercados doméstico e internacional, considerando as cargas de valor agregado e o arranjo produtivo catarinense.
- Garantir o acesso dos portos à malha ferroviária nacional.

10.5. Propostas para o modal aeroviário

Cerca de 90% do fluxo de carga aérea internacional com destino e origem em Santa Catarina é movimentado em outros aeroportos do País, representando aumento de custos e ineficiência logística. A reversão deste quadro implicará ganhos consistentes para a indústria e para o Estado. A FIESC sugere:

- Atualizar o Plano Aeroviário Catarinense e definir uma política estadual para o transporte aéreo de cargas e passageiros considerando os aeroportos regionais.
- Adequar os incentivos ao querosene de aviação de acordo com outros entes federativos visando ampliar a quantidade de voos.
- Estimular a participação privada na gestão dos aeroportos por intermédio de concessão.

10.6. Propostas para o setor de telecomunicações

Dada a vocação catarinense de polo tecnológico e a importância do setor para o desenvolvimento, além da necessidade de transformação digital da indústria tradicional, é essencial garantir a oferta de uma robusta infraestrutura de telecomunicações. Defendemos:

- Implementar política estadual de telecomunicações com a participação da sociedade e do setor produtivo.
- Ampliar a extensão de cabos de fibra óptica no Estado.
- Implantar e ampliar o acesso à tecnologia 5G ou 4G em todo o Estado, inclusive em áreas remotas e rodovias.
- Considerando a obrigatoriedade para o produtor rural de utilização, a partir de 2023, da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), e a dificuldade de cobertura de internet no Estado, adotar meio alternativo, como aplicativo de celular, de acordo com o que já ocorre no Rio Grande do Sul.



10.7. Propostas para o setor de energia elétrica

Santa Catarina vem perdendo investimentos industriais para outros estados em função das condições de fornecimento de energia em algumas regiões. É fundamental:

- a. Garantir a segurança no suprimento para todas as regiões do Estado com ênfase nas regiões Oeste e Meio Oeste.
- b. Priorizar a modicidade tarifária em concordância com o restante do País e do exterior.
- c. Fomentar fontes alternativas de geração de energia elétrica, bem como promover melhoria da distribuição.
- d. Desonerar do ICMS os micro e miniprodutores de energia elétrica, especialmente das fontes fotovoltaica e eólica.



10.8. Propostas para o setor de gás natural

O combustível é essencial à competitividade de alguns setores industriais. Por isso é necessário:

- a. Garantir a instalação de pressurizadores no gasoduto na região Sul do Estado, para manter o fornecimento do volume contratado de gás natural sem risco de desabastecimento.
- b. Garantir investimentos estruturais para ampliação da capacidade do Gasoduto Brasil-Bolívia (Gasbol), permitindo a expansão da oferta.
- c. Apoiar a implantação do terminal de GNL na Baía da Babitonga.
- d. Revisar e modernizar os contratos de concessão para distribuição de gás natural, equilibrando a competitividade entre todas as regiões do País.



10.9. Propostas para o meio ambiente, saneamento e resíduos

A adoção de sistemas eficientes de gestão socioambiental que possibilitem o uso sustentável dos recursos naturais e a inclusão social são essenciais para o desenvolvimento e a competitividade da indústria. Assim, preconizamos:

- a. Estimular a monetização do patrimônio ambiental catarinense, fomentando a bioeconomia através da regulamentação e incentivo às reservas legais nas propriedades privadas, normalizando o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA).
- b. Implementar programas de monitoramento da qualidade das águas superficiais e subsuperficiais dos recursos hídricos e qualidade do ar para subsidiar políticas ambientais de gestão dos recursos naturais.
- c. Criar políticas públicas para reduzir o risco de desastres naturais e minimizar os seus efeitos, estimulando os diversos setores da economia a adaptarem seus processos às mudanças climáticas.
- d. Fomentar a criação e revitalização de espaços públicos esportivos, culturais e de lazer.
- e. Garantir a eficiência e segurança no suprimento de água, o esgotamento sanitário e investir na continuidade das obras de mitigação e prevenção dos efeitos das enchentes.
- f. Considerando o novo marco regulatório do saneamento, estimular a participação privada e a concorrência por meio da estruturação da governança na área.
- g. Estimular a gestão integrada de resíduos sólidos através de políticas para a redução de geração, reúso, reciclagem e valorização, fomentando a economia circular.
- h. Fomentar as cadeias de logística reversa no Estado, para a gestão adequada dos resíduos.
- i. Adotar uma política de reúso e reciclagem e de valorização do resíduo; desonerar a cadeia de reciclagem.
- j. Estimular a limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos.

11. Propostas para atrair, disponibilizar e aplicar capital

De nada adianta o planejamento adequado na área empresarial e os planejamentos para implantação de infraestrutura se não há recursos para investimentos que possam ser acessados de maneira rápida, acelerada e impactante. De acordo com o conceito de blended finance, o capital da poupança privada e a capacidade de investimento público podem, juntos, promover as transformações necessárias. Santa Catarina precisa ser muito mais agressiva na busca desses capitais a fim de financiar sua infraestrutura, a reinvenção da indústria e a criação de um ambiente mais favorável aos negócios.

Também é necessário que toda a estrutura de desenvolvimento dos principais setores do Estado seja cada vez mais fomentada e estimulada com recursos em quantidade e qualidade suficientes. Em suma, Santa Catarina precisa atrair, disponibilizar e aplicar capital para investimentos em empreendedorismo, inovação e desenvolvimento.

11.1. Criar um Comitê Permanente de Investimento do Estado

O desenvolvimento de uma estratégia consistente de atração e promoção de investimentos exige uma atuação cooperativa e estratégica entre os atores públicos e privados do Estado de forma permanente, o que pode ser articulado por meio de um comitê, com atuação voluntária.

11.2. Conceber e estruturar um Plano Integrado de Investimento do Estado, público e privado

Desenvolvimento e implementação de uma macroestratégia de investimentos, contemplando volumes totais, possíveis fontes, cadeias de investimentos e estudos de retorno. Identificar os principais setores e regiões que são estratégicos para o desenvolvimento de Santa Catarina.

11.3. Desenvolver e aprimorar um portfólio de projetos estruturantes e mobilizadores

Criar e implementar um modelo de sistema de Banco de Projetos para disponibilizar o máximo de informações e atrair potenciais investidores, o que é especialmente relevante no setor de infraestrutura.

11.4. Disponibilizar crédito competitivo, ágil e flexível

É necessária a estruturação de programas de crédito competitivos e flexíveis, com engajamento de parceiros locais, nacionais e internacionais, que permitam a ampliação da infraestrutura do Estado e a implementação de empreendimentos de grande porte que preencham cadeias importantes como a do agronegócio e do setor automotivo.

11.5. Criar e disseminar mecanismos financeiros modernos: novos modelos de PPPs

A implementação de um plano agressivo de investimentos exigirá a adoção de modelos inovadores, complexos e sofisticados de parcerias público-privadas. É fundamental que o governo estabeleça estruturas internas e mecanismos de relacionamento externo a fim de conceber e implantar um sistema ágil e competente para viabilização das PPPs.

11.6. Estruturar e implementar um ecossistema de capital público e privado, interno e externo

Na sequência das ações descritas acima, passa a ser razoável e possível discutir a estruturação de um ecossistema de capital público e privado com recursos internos e externos, visando criar um conjunto de opções de investimento e de composição de capitais e organizações, permitindo a construção de projetos consistentes e o engajamento dos atores com maior potencial de assegurar os resultados.

Parte III

Prioridades Legislativas, Setoriais e Regionais

A terceira parte da Carta da Indústria apresenta questões estratégicas para o Estado no âmbito da Câmara dos Deputados, da Assembleia Legislativa, dos principais Setores Industriais representados pelas Câmaras Setoriais da FIESC e das Mesorregiões do Estado, representadas pelas vice-presidências da FIESC.

12. Pauta legislativa defendida pela indústria na agenda parlamentar Federal e Estadual

12.1. Reforma Administrativa

Implantação de uma reforma administrativa em todos os poderes, que valorize a meritocracia, diminua a burocracia e reduza custos.

12.2. Área Urbana Consolidada

Valorização e implementação de alterações legislativas voltadas ao desenvolvimento sustentável.

12.3. Código Florestal x Lei da Mata Atlântica

Prevalência do Código Florestal no bioma Mata Atlântica. Além de ser a legislação mais recente, é mais adequada à preservação sustentável.

12.4. Indústria de Base Florestal

Implementação de uma Política de Desenvolvimento da Indústria Catarinense de Base Florestal, incentivando o plantio e a condução das árvores.

12.5. Marco Legal do Licenciamento Ambiental

Celeridade da discussão no Congresso e aprovação de uma legislação que simplifique e agilize o processo de licenciamento ambiental com segurança jurídica.

12.6. Bombeiros Voluntários

Reconhecimento e ampliação da atuação dos bombeiros voluntários, regulamentada por meio de convênios com os municípios.

12.7. Reforma Tributária

Implantação de uma reforma tributária que reduza a burocracia, diminua tributos e simplifique a legislação pertinente.

12.8. Legislação Trabalhista

Importante conquista da sociedade brasileira, a modernização da legislação trabalhista deve ser consolidada e ampliada de forma a valorizar a negociação entre as partes, diminuir os custos de contratação e aumentar a segurança jurídica.

12.9. Micro e Pequenas Empresas

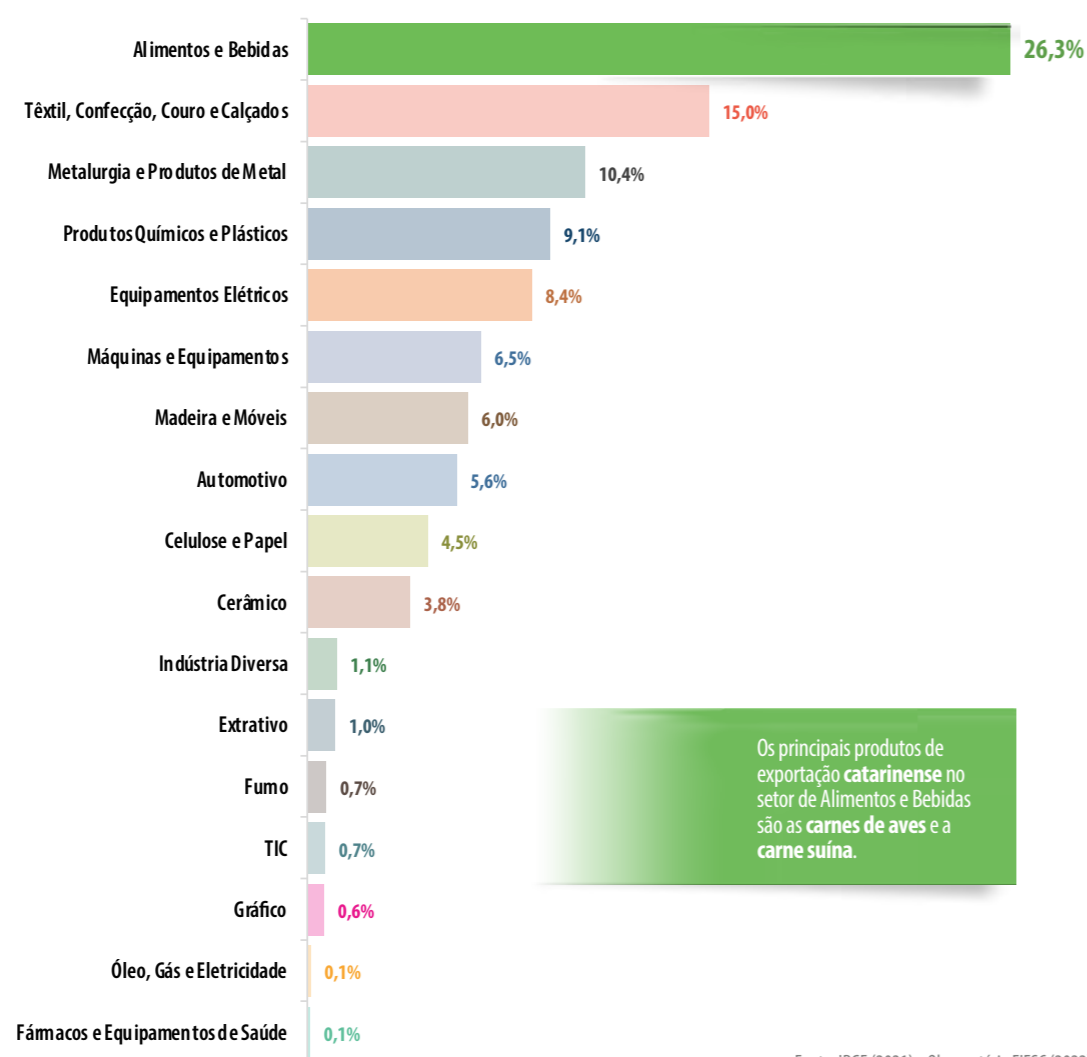
Ampliar o tratamento diferenciado nas questões referentes a micro e pequenas empresas, inclusive estabelecendo condições especiais no âmbito trabalhista.

13. Desafios e Oportunidades dos principais Setores Industriais de Santa Catarina

A construção de políticas industriais e de desenvolvimento requer o conhecimento aprofundado da estrutura e da organização econômica do Estado, além dos principais setores industriais, sua inserção no mercado, a distribuição espacial e seus desafios e oportunidades.

A seguir, os principais setores industriais são apresentados de forma resumida, com destaque para os seus maiores desafios e oportunidades, levando-se em conta as grandes tendências e influências globais, nacionais e locais.

Participação do Setor no Valor Bruto Industrial de Santa Catarina em 2019 (%)



Fonte: IBGE (2021) e Observatório FIESC (2022)

13.1. Alimentos e Bebidas

Desafios: dificuldade de acesso e armazenamento de grãos; preparação de mão de obra qualificada e infraestrutura logística.

Oportunidades: liderança e tecnologia dos setores estabelecidos permitem o desenvolvimento de uma cadeia com potencial de atendimento aos mercados nacional e internacional.

13.2. Têxtil, Confeções, Couro e Calçados

Desafios: posicionamento/marca e internacionalização.

Oportunidades: liderança na produção de confecção e tradição; uma cadeia já estabelecida com previsibilidade e reconhecimento de marca.

13.3. Metalurgia e Produtos de Metal

Desafios: dificuldade de acesso a matéria-prima/componentes; pressões de mudança no mercado automotivo.

Oportunidades: tecnologia e qualidade reconhecida pelo mercado; necessidade de reposicionamento do setor seguindo as tendências de sustentabilidade e mobilidade elétrica.

13.4. Produtos Químicos e Plásticos

Desafio: reposicionamento.

Oportunidade: tradição.

13.5. Equipamentos Elétricos

Desafio: disponibilidade de matéria-prima/componentes.

Oportunidades: tecnologia e tradição.

13.6. Máquinas e Equipamentos (M&E)

Desafio: disponibilidade de matéria-prima/componentes.

Oportunidades: tecnologia e tradição.

13.7. Madeira e Móveis

Desafios: acesso a matéria-prima e componentes; desenvolvimento de competências em tecnologia e design.

Oportunidades: perspectivas no mercado internacional e alta produtividade das florestas.

13.8. Automotivo

Desafios: baixa disponibilidade de matéria-prima/componentes e transição/mudanças tecnológicas no setor, provocando e provocadas por megatendências em energia, clima e cultura.

Oportunidades: indústrias com forte base tecnológica e grande potencial para diversificação e agregação de valor.

13.9. Celulose e Papel

Desafio: crescente redução da disponibilidade de matéria-prima, especialmente as florestas próximas às unidades fabris.

Oportunidades: empresas com tradição e tecnologia para concorrer em mercados altamente competitivos.

13.10. Cerâmico

Desafios: acesso e disponibilidade de fornecimento de energia.

Oportunidades: atuar em novos mercados e desenvolver novos produtos e tecnologias.

13.11. Extrativo

Desafio: setor em fase de reposicionamento buscando novos segmentos de atuação.

Oportunidade: processos e produtos potencialmente vinculados às tendências de energias renováveis, mudança climática e mobilidade elétrica.

13.12. Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)

Desafios: falta de mão de obra especializada no setor devido à demanda crescente por este tipo de profissional, por outros setores e por outros mercados (inclusive internacionais).

Oportunidade: manter e/ou acelerar o ritmo de crescimento, ampliando a atuação para o mercado internacional.

13.13. Óleo, Gás e Eletricidade

Desafio: demanda crescente por fornecimentos integrados de energia, baseados em uma matriz energética diversificada.

Oportunidades: mercado potencial e tecnologia.

13.14. Saneamento Básico

Desafio: Santa Catarina é um dos estados com menor cobertura de saneamento básico do País.

Oportunidade: explorar o novo marco legal do saneamento para buscar um posicionamento de referência na área.

13.15. Construção

Desafios: redução da burocracia enfrentada pelo setor, além do desenvolvimento de programas de formação de mão de obra e pesquisa e desenvolvimento, focando no aumento da qualidade, produtividade e inovação do setor.

Oportunidade: o mercado potencial catarinense cresce de forma acelerada tanto na demanda quantitativa como na qualitativa.



14. Desafios e Oportunidades das Mesorregiões de Santa Catarina

14.1. Vale do Itajaí

Desafios:anel viário da BR-101 e da BR-470.

Oportunidades: hub logístico e naval, além da indústria criativa.

14.2. Norte Catarinense

Desafios: infraestrutura viária e mão de obra.

Oportunidades: indústria 4.0 e empresas líderes setoriais.

14.3. Oeste Catarinense

Desafios: infraestrutura e competitividade do setor de alimentos e laticínios.

Oportunidades: setor de alimentos e laticínios, além da diversidade industrial.

14.4. Sul Catarinense

Desafio: necessidade de melhor posicionamento setorial.

Oportunidades: desenvolvimento de empreendimentos e negócios a partir da duplicação da BR-101, potencializando o crescimento do Litoral Sul.

14.5. Serrana

Desafios: crescimento e posicionamento.

Oportunidades: eixo logístico e mão de obra.

14.6. Grande Florianópolis

Desafios:anel viário da BR-101 e mão de obra para o setor de tecnologia.

Oportunidades: setor de tecnologia e turismo multitemático.

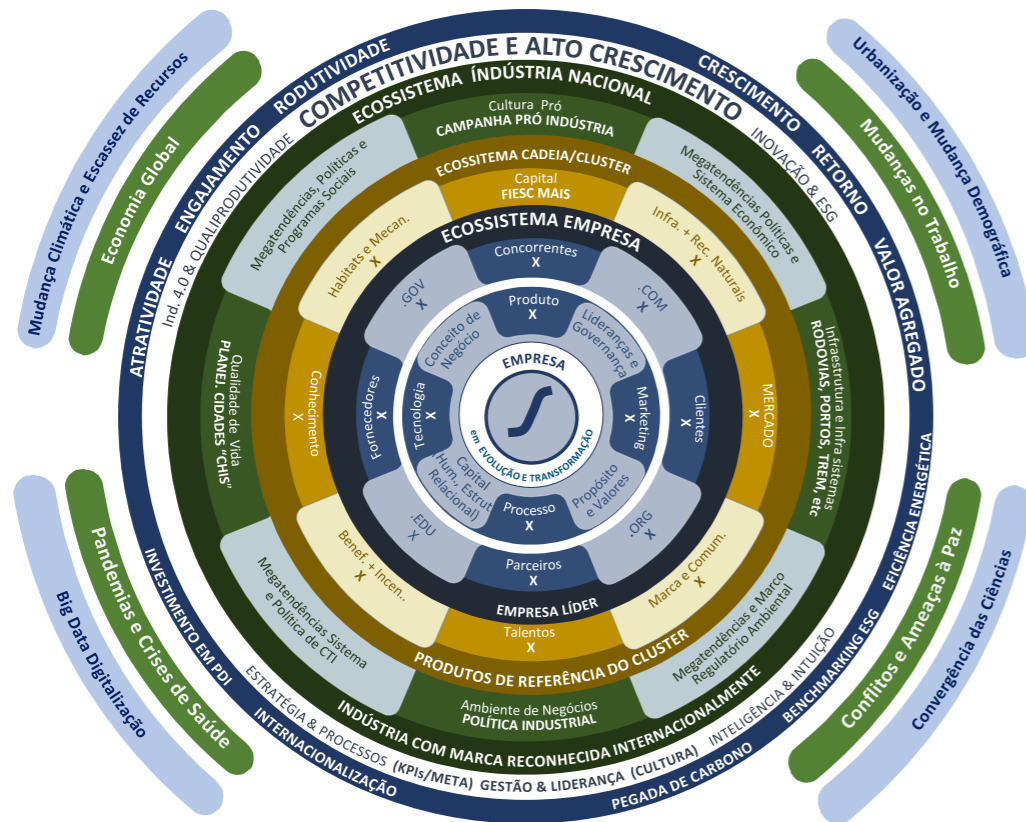


ANEXO 1

Modelo de Planejamento e Análise

As propostas da FIESC estão estruturadas em um conjunto de elementos que visam contribuir com a construção de um ecossistema sustentável de desenvolvimento econômico, social, ambiental, cultural e tecnológico de Santa Catarina e do Brasil.

Adotando a mesma abordagem que utiliza para gerar seu próprio planejamento e portfólio de soluções de apoio às indústrias, a entidade propõe ações para os representantes eleitos no poder executivo e legislativo que sejam estruturadas respeitando os seguintes níveis, conforme ilustrado na figura a seguir e detalhado na sequência:

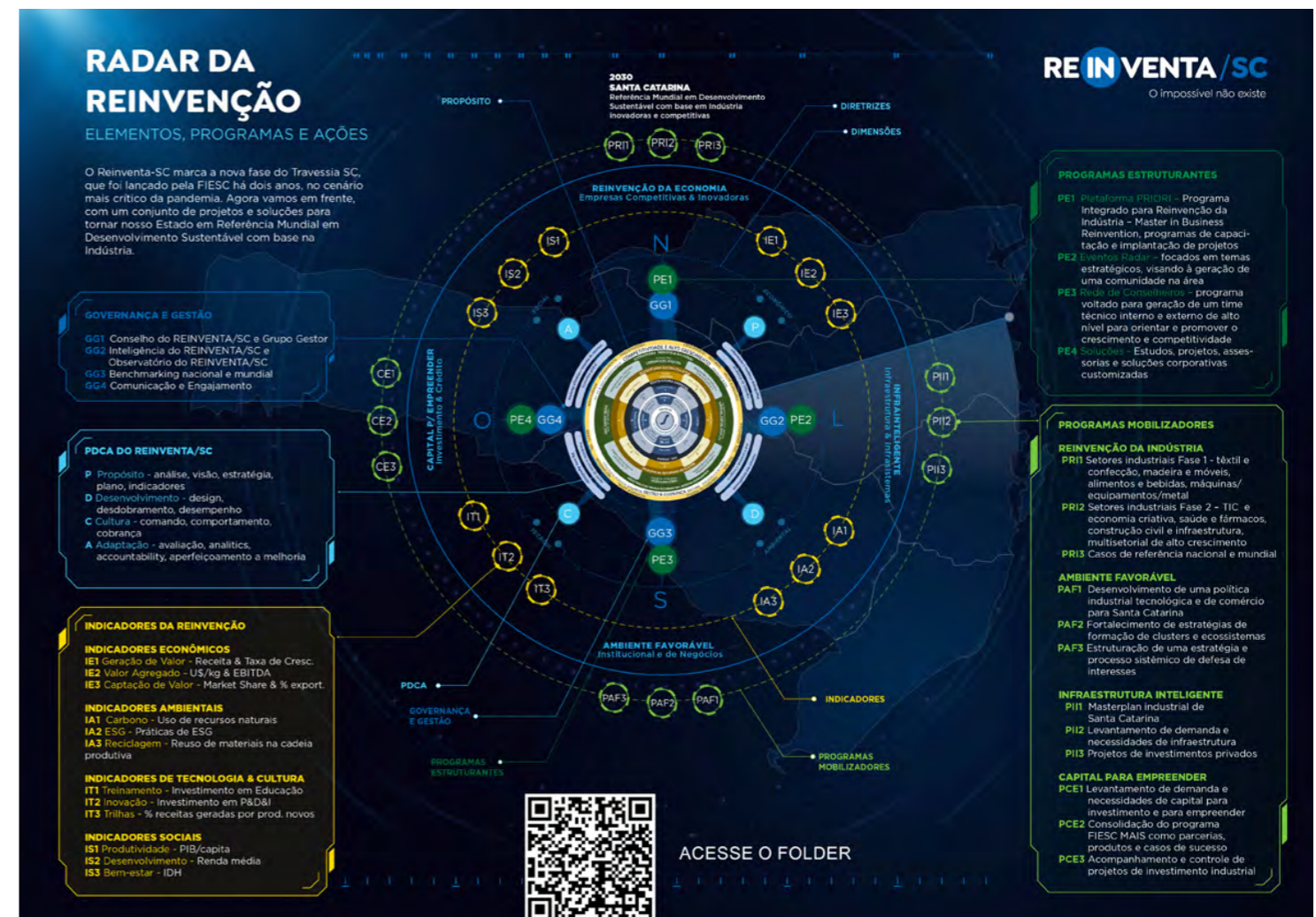


- Propostas no âmbito macro que compreendem especialmente os fatores de competitividade sistêmica, tais como programas e políticas de governo nos setores econômico, social, ambiental, cultural e tecnológico, bem como aspectos relacionados ao ambiente de negócios, cultura pró-empresendedorismo, qualidade de vida e infraestrutura local e nacional.
- Propostas no âmbito dos grandes setores e clusters empresariais do Estado e do País que consistem no conjunto de fatores de competitividade estrutural representados especialmente pelos recursos essenciais como conhecimento, talentos, capital e acesso ao mercado, além de fatores específicos como habitats e mecanismos de desenvolvimento, incentivos e benefícios, estratégia de marca

- e comunicação para promoção setorial/regional, recursos naturais e infraestrutura empresarial específica;
- Propostas no âmbito dos sistemas diretamente em torno das empresas, contemplando os fatores de competitividade empresarial no âmbito interno à empresa,

tais como tecnologia, produto, processo, mercado, empreendedor, capital humano, relacional e estrutural, propósitos e princípios, além da cadeia diretamente relacionada à empresa, englobando as comunidades .org, .com, .edu e .gov, e a estrutura de mercado, concorrência, parceiros e fornecedores.

Vale destacar também as tendências, influências e fatores externos não controláveis e de grande impacto, tais como mudanças climáticas, escassez de alimentos, instabilidades políticas, econômicas e sociais, as quais têm se apresentado de maneira cada vez mais impactantes, extremas e relevantes para os países e sociedade.

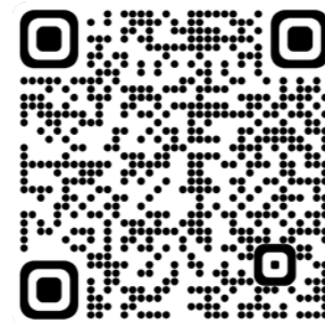


Por meio dessa estrutura torna-se fácil e claro a identificação dos projetos e ações que podem e devem influenciar o universo das atividades empresariais, em especial das indústrias, de modo a promover um consistente e contínuo processo de desenvolvimento.

ANEXO 2

Instrumento de Avaliação do Alinhamento do Candidato com as propostas da Indústria

INDUSTRIÔMETRO											
VERIFIQUE O QUANTO OS POSICIONAMENTOS E ATITUDES DO CANDIDATO ESTÃO ALINHADOS COM OS POSICIONAMENTOS E PROPOSTAS DA INDÚSTRIA DE SANTA CATARINA											
PROPOSTAS E POSICIONAMENTOS DA INDÚSTRIA	PESO	ALINHAMENTO TOTAL					DESALINHAMENTO TOTAL				
		5	4	3	2	1	0	-1	-2	-3	-4
Alinhamento do CANDIDATO - Parte I (MAX 90 MIN -90) FUNDAMENTOS E POSICIONAMENTOS ESTRATÉGICOS DO SETOR INDUSTRIAL DE SC											
1. Importância da Indústria para Santa Catarina e o papel da FIESC - Um Estado com vocação industrial											
1.1. Reconhecer a indústria como o motor do desenvolvimento do Estado	1										
1.2. Valorizar a diversificação setorial com vocação regional	1										
1.3. Ampliar a integração internacional da economia - vendendo para os grandes	1										
1.4. Difundir a indústria catarinense como uma das mais competitivas do país	1										
1.5. Reforçar o papel de Santa Catarina como uma das maiores produtoras de vacas leiteiras do trabalho - pleno emprego de qualidade	1										
1.6. Destacar a capacidade do Estado de recuperação durante a pandemia	1										
1.7. Conhecer o contexto de serviços e a atuação da FIESC para apoiar e promover a Indústria de SC	1										
2. Promover o fortalecimento da Carta da Indústria - perspectivas, respeito e autonomia											
2.1. Conscientizar-se com os Princípios de relacionamento e relacionamento - diálogo, parceria, harmonia e respeito ao pacto federativo	1										
2.2. Defender a criação de um Plano de "50 Anos" e não "50 Anos" - consórcio, participação e transparência	1										
2.3. Reconhecer as influências e Desafios globais, nacionais e locais	1										
2.4. Propoi a criação de um Conselho Permanente de Desenvolvimento do Estado de SC	1										
3. Propósitos e objetivos a serem perseguidos											
3.1. Fazer da educação o grande diferencial de competitividade e desenvolvimento do Estado	1										
3.2. Ativar padrões de excelência e relevância em qualidade, produtividade e Valor Agregado	1										
3.3. Estimular a inovação e buscar o máximo retorno sobre o investido em competitividade	1										
3.4. Garantir sustentabilidade e redução das desigualdades e o acesso à educação	1										
3.5. Posicionar Santa Catarina como referência em sustentabilidade ambiental	1										
3.6. Construir um Estado cada vez mais voltado ao crescimento e à inovação	1										
3.7. Assegurar um padrão elevado de Bem-estar social - ao possuir no I	1										
Alinhamento do CANDIDATO - Parte II (MAX 220 MIN -220) - INICIATIVAS ESTRATÉGICAS IV/ PROMOVER O DESENVOLVIMENTO											
4. Propostas para fortalecimento e recuperação da indústria											
4.1. Promover a Reindustrialização e o Posicionamento Global das indústrias de SC	3										
4.2. Conter e apoiar o Desenvolvimento dos Setores portadores de Futuro	1										
4.3. Estruturar e disponibilizar um modelo de referência de educação para o futuro	1										
4.4. Estabelecer, conhecer e promover medidas para acesso aos mercados globais	1										
4.5. Promover o avanço e a consolidação da Indústria 4.0	1										
4.6. Promover o avanço e a consolidação das práticas ESG	1										
4.7. Considerar as realidades e diferenças regionais nas estratégias de desenvolvimento	1										
4.8. Conhecer e implementar uma Política integrada de empreendedorismo industrial catarinense	1										
4.9. Conhecer uma política de referência de desenvolvimento em inovação	1										



VERIFIQUE O QUANTO OS POSICIONAMENTOS E ATITUDES DO CANDIDATO ESTÃO ALINHADOS COM OS POSICIONAMENTOS E PROPOSTAS DA INDÚSTRIA DE SANTA CATARINA												
PROPOSTAS E POSICIONAMENTOS DA INDÚSTRIA	PESO	ALINHAMENTO TOTAL					DESALINHAMENTO TOTAL					
		5	4	3	2	1	0	-1	-2	-3	-4	-5
Alinhamento do CANDIDATO - Parte I (MAX 90 MIN -90) FUNDAMENTOS E POSICIONAMENTOS ESTRATÉGICOS DO SETOR INDUSTRIAL DE SC												
1. Importância da Indústria para Santa Catarina e o papel da FIESC - Um Estado com vocação industrial												
1.1. Reconhecer a indústria como o motor do desenvolvimento do Estado	1											
1.2. Valorizar a diversificação setorial com vocação regional	1											
1.3. Ampliar a integração internacional da economia - vendendo para os grandes	1											
1.4. Difundir a indústria catarinense como uma das mais competitivas do país	1											
1.5. Reforçar o papel de Santa Catarina como uma das maiores produtoras de vacas leiteiras do trabalho - pleno emprego de qualidade	1											
1.6. Destacar a capacidade do Estado de recuperação durante a pandemia	1											
1.7. Conhecer o contexto de serviços e a atuação da FIESC para apoiar e promover a Indústria de SC	1											
2. Promover o fortalecimento da Carta da Indústria - perspectivas, respeito e autonomia												
2.1. Conscientizar-se com os Princípios de relacionamento e relacionamento - diálogo, parceria, harmonia e respeito ao pacto federativo	1											
2.2. Defender a criação de um Plano de "50 Anos" e não "50 Anos" - consórcio, participação e transparência	1											
2.3. Reconhecer as influências e Desafios globais, nacionais e locais	1											
2.4. Propoi a criação de um Conselho Permanente de Desenvolvimento do Estado de SC	1											
3. Propósitos e objetivos a serem perseguidos												
3.1. Fazer da educação o grande diferencial de competitividade e desenvolvimento do Estado	1											
3.2. Ativar padrões de excelência e relevância em qualidade, produtividade e Valor Agregado	1											
3.3. Estimular a inovação e buscar o máximo retorno sobre o investido em competitividade	1											
3.4. Garantir sustentabilidade e redução das desigualdades e o acesso à educação	1											
3.5. Posicionar Santa Catarina como referência em sustentabilidade ambiental	1											
3.6. Construir um Estado cada vez mais voltado ao crescimento e à inovação	1											
3.7. Assegurar um padrão elevado de Bem-estar social - ao possuir no I	1											
Alinhamento do CANDIDATO - Parte II (MAX 220 MIN -220) - INICIATIVAS ESTRATÉGICAS IV/ PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE SC												
4. Propostas para fortalecimento e recuperação da indústria												
4.1. Promover a Reindustrialização e o Posicionamento Global das indústrias de SC	3											
4.2. Conter e apoiar o Desenvolvimento dos Setores portadores de Futuro	1											
4.3. Estruturar e disponibilizar um modelo de referência de educação para o futuro	1											
4.4. Estabelecer, conhecer e promover medidas para acesso aos mercados globais	1											
4.5. Promover o avanço e a consolidação da Indústria 4.0	1											
4.6. Promover o avanço e a consolidação das práticas ESG	1											
4.7. Considerar as realidades e diferenças regionais nas estratégias de desenvolvimento	1											
4.8. Conhecer e implementar uma Política integrada de empreendedorismo industrial catarinense	1											
4.9. Conhecer uma política de referência de desenvolvimento em inovação	1											
Alinhamento do CANDIDATO - Parte III (MAX 190 MIN -190) - PRIORIDADES LEGISLATIVAS, SETORIAIS E REGIONAIS												
5. Papel da Legislação setorial para fortalecer a Indústria e o Estado												
5.1. Conhecer e implementar uma Política integrada de empreendedorismo industrial catarinense	1											
5.2. Conhecer e implementar uma Política integrada de empreendedorismo industrial catarinense	1											
5.3. Conhecer uma política de referência de desenvolvimento em inovação	1											
ALINHAMENTO GERAL DO CANDIDATO (MAX - 500 / MIN -500)												
		1	35					0				



PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

Acesse:
fiesc.com.br/carta